

## Relato de experiência: protocolo de oftalmologia e resolutividade na atenção primária

Graziele Mariane Hasimoto<sup>1</sup>  
Maria Vitória Silva de Matos<sup>2</sup>  
Mateus Batista Silva<sup>3</sup>  
Simone Santana Pereira<sup>4</sup>

1;3-4 Secretária de Saúde de Maringá, Paraná, Brasil. 2. Unicesumar, Maringá, Paraná, Brasil. \*endereço para correspondência. E-mail: taycharman@gmail.com

### Introdução

A política de regulação do Sistema Único de Saúde organiza e coordena os serviços de saúde, garantindo acesso equitativo e eficiente. Assim ela otimiza recursos, controla a qualidade e promove uma gestão integrada, essencial para a universalidade e a integralidade do atendimento no sistema de saúde.

### Objetivos

O objetivo deste relato é descrever a experiência da aplicação do Protocolo de Regulação e Auditoria em Oftalmologia (PRAO) na Secretaria Municipal de Saúde de Maringá.

### Metodologia

A descrição de experiência da aplicação do PRAO, foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar para organizar e gerenciar os fluxos de encaminhamentos para oftalmologia no SUS de Maringá. Em outubro e novembro de 2023, foram realizadas capacitações para os médicos da atenção primária, e os encaminhamentos passaram a ser avaliados diariamente conforme o protocolo. O PRAO assegura que os encaminhamentos atendam aos critérios necessários, sejam direcionados ao local correto e tenham a prioridade adequada. Encaminhamentos inadequados são devolvidos ao médico assistente com orientações e um link para o protocolo.

### Resultados

Diariamente, são processados entre 60 a 100 encaminhamentos. Inicialmente, cerca de 50% eram devolvidos para ajustes. Após seis meses de aplicação do protocolo, a taxa de devolução caiu para 10-15%, com melhorias na qualidade das justificativas e no entendimento dos critérios de prioridade. Houve um estreitamento da comunicação entre os médicos da atenção primária e a equipe de regulação. O PRAO também permitiu a detecção e priorização de casos graves. No entanto, algumas limitações foram identificadas, como a dificuldade de abranger todas as situações possíveis dentro do protocolo e a falta de instrumentos adequados para medir a acuidade visual em algumas unidades de saúde.

### Conclusão

A implementação do PRAO contribuiu para encaminhamentos mais precisos, evitou desperdícios e promoveu a educação continuada dos profissionais. Contudo, é necessário revisar e atualizar o protocolo regularmente para garantir sua eficácia contínua.

Palavras-chave: Regulação em saúde; Oftalmologia e Atenção primária.



## Referências

- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.559, de 1º de agosto de 2008. Institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília: Ministério da Saúde; 2008. Disponível em:  
[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1559\\_01\\_08\\_2008.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1559_01_08_2008.html).
- Brasil. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica: Saúde Ocular na Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n. 30). Disponível em:  
[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_ocular\\_atencao\\_basica.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_ocular_atencao_basica.pdf).
- Brasil. Ministério da Saúde. Manual de Regulação: conceitos, diretrizes e operacionalização. Brasília: Ministério da Saúde; 2017. Disponível em:  
[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_regulacao.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_regulacao.pdf). Acesso em: 8 ago. 2024.

